

Entidades buscam unidade na luta pelos direitos do funcionalismo

Com o auditório Nereu Ramos lotado, trabalhadores e aposentados de diversas categorias do serviço público debateram com representantes dos Departamentos Intersindicais de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e de Assuntos Parlamentares (Diap), além da Advocacia Geral da União (AGU) e Centrais Sindicais.

Em função da complexidade e das divergências apresentadas no seminário, o debate em torno destes temas será levado aos estados para buscar a unidade de uma proposta que contemple o direito dos trabalhadores.

Na abertura do debate, Nelson Karan, do Dieese, criticou o estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), “101 propostas para modernização trabalhista”. Segundo ele, a CNI não está preocupada em discutir a estrutura sindical e a regulamentação da negociação coletiva, mas parte da relação de trabalho. “Ela quer rever alguns direitos trabalhistas e, obviamente, puxar para baixo o que é assegurado em lei”.

Karan afirma que o mesmo risco está colocado para o setor público. Para o representante do Dieese, a ausência de regulamentação na negociação coletiva “cria um vazio no setor público, na medida em que se procura regulamentar apenas um ponto desse sistema de relações de trabalho, que é o direito de greve”. “Se nada for feito no sentido de avançar na discussão da regulamentação da negociação coletiva, o sistema de relações do trabalho do setor público corre o risco de ser modificado apenas pela legislação de greve. Isso seria um desastre! Não é possível apenas discutir um pedaço desta relação”.

Mário Luiz Guerreiro, do departamento trabalhista da AGU, frisou que, apesar de o Brasil ser a quinta maior economia do mundo, o país ainda está muito atrasado na questão da negociação coletiva e do direito de greve. “Não temos absolutamente

Com o objetivo de aprofundar a discussão e buscar o consenso na luta pelos direitos do funcionalismo público, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPFs) promoveu, no dia 19 de fevereiro, o debate “Negociação Coletiva e Direito de Greve”, na Câmara dos Deputados.



Foto: Fernando Taylor

nada que trate destas questões”, afirmou Guerreiro, acrescentando que a Itália foi pioneira na criação do sistema de negociação coletiva (1983).

O representante da AGU criticou ainda parte da opinião pública, que contribui para a desvalorização da imagem do serviço e dos servidores públicos e apoia o argumento da terceirização como alternativa de economia do dinheiro público. “Muitas vezes a imprensa critica este ponto. A princípio pode dar impressão de haver economia nos cofres públicos, mas isso não é verdade”.

Para o analista político Antônio Augusto de Queiroz, do Diap, a pressão é o caminho para que o governo tome a iniciativa de institucionalizar o processo de negociação. “Do contrário, fica na conveniência política de cada governante”, ressaltou.

De acordo com ele, a situação dos servidores em relação aos trabalhadores do setor privado é mui-

to desfavorável se considerada a lei no sentido amplo. No setor privado, explicou Antônio Augusto, existem Constituição, tratados internacionais, leis ordinárias e complementares que asseguram direitos e vantagens aos trabalhadores, enquanto os servidores têm apenas a lei. “É uma situação completamente diferente. Não se pode falar em negociação coletiva no serviço público sem antes assegurar o cumprimento da Constituição”, defendeu.

O coordenador da CSP Conlutas, José Maria de Almeida, criticou os projetos de lei apresentados pelo deputado Roberto Policarpo Fagundes (PT-DF) e pelo coletivo das Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, UGT e NCST). Para ele, os servidores devem defender a auto-regulamentação do direito de greve. “Os trabalhadores auto-regulamentam a sua luta”, afirmou.

José Maria alertou ainda para o

fato de o governo tentar barganhar a negociação coletiva pelo principal instrumento de pressão dos trabalhadores, o direito de greve. “A lógica de governo e de alguns setores mais conservadores da sociedade é buscar restringir o direito de greve. A preocupação do governo em torno da regulamentação é colocar obstáculos, limites”, ressaltou.

Falando em nome da CUT, Pedro Armengol enumerou a dificuldade e a complexidade de se estabelecer a negociação coletiva com o governo. “Historicamente o Estado tem um perfil autoritário, unilateral e dominado por concepções conservadoras, de visão patrimonialista e fisiológica, em que é dominado por forças econômicas e políticas”.

Sobre a questão de a CSP Conlutas não ter assinado o projeto de lei apresentado pelo coletivo das Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, UGT e NCST), Armengol sugeriu o caminho para o movimento superar as divergências. “Com a mobilização do conjunto de trabalhadores do setor público é que vamos superar, inclusive, as visões conservadoras e trabalhar na perspectiva de melhorias das relações de trabalho no Brasil”, finalizou o dirigente.

Ainda durante o debate, o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Luiz Henrique Schuch, apresentou o cartaz da Campanha pela Anulação da Reforma da Previdência (Reforma da Previdência comprada tem que ser anulada!). Representantes de mais de 30 sindicatos que integram o Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais questionaram a validade da reforma após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar a denúncia do mensalão, comprovando que parlamentares receberam dinheiro para votar favoravelmente ao governo em diversas matérias, entre elas, a Reforma da Previdência. “A campanha está nas ruas e se a sociedade não se mobilizar, dificilmente haverá consequência prática do julgamento do mensalão”, alertou Schuch.